

Câmara Municipal de Mêda

Mandato 2013/2017

Ata número dezassete

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada
no dia nove de setembro de dois mil e quinze


Susana
Silva

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, nesta Cidade de Mêda, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor Presidente Anselmo Antunes de Sousa, estando presentes os Senhores Vereadores Paulo Jorge de Lemos Amaral, António César Valente Figueiredo e António Manuel Saraiva Lopes estando presente -----

Faltou o Senhor Vice-Presidente Paulo Jorge dos Santos Esteves, tendo a câmara considerado justificada a respetiva falta.-----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS-----

Às dez horas e três minutos, constatada a existência de *quórum*, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA-----

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria número cento e setenta e três, de oito de setembro de dois mil e quinze, cujo valor em **Operações Orçamentais** é de **169.680,96€** (cento e sessenta e nove mil seiscentos e oitenta euros e noventa e seis centimos) e em **Operações Não Orçamentais** de **302.147,76€** (trezentos e dois mil cento e quarenta e sete euros e setenta e seis centimos).-----

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA, em conformidade com o artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

INFORMAÇÕES – SR. PRESIDENTE:-----

O **Senhor Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações:-----
Volta a estar presente nesta ordem de trabalhos para apreciação a informação/parecer n.º103-SSU, sobre direito de passagem, e era conveniente que um parecer jurídico acompanha-se esta informação/parecer. Porém a Drª Carla Sequeira encontra-se doente pelo que terá que ser agendada para próxima reunião de câmara. Interveio o **Senhor Vereador António César** questionando se não existe outra jurista.--
Informar também que o Senhor Mário Murça, assessor do Senhor Presidente já não exerce funções nesta autarquia.-----

INFORMAÇÕES – SR. VEREADOR ANTÓNIO LOPES:-----

O **Senhor Vereador António Lopes** aludiu a uma intervenção sua feita há já algum tempo, voltando a questionar se nesta autarquia existem empregados de primeira, de segunda e de terceira. Isto porque o livro de ponto continua na mesma. Uns continuam a assinar porque têm que chegar a horas, outros à que nem sequer assinam. Quis saber como é que depois os serviços processam os vencimentos.-----

Lembrou que tinha solicitado um parecer sobre a alteração do contrato do empréstimo. Na sua opinião a alteração do contrato deveria vir a reunião de câmara, solicitando uma cópia dessa alteração ao contrato.-----

Interveio o **Senhor Presidente** dizendo que apenas foi pedido para reduzir o *spread*, não tendo havido qualquer alteração ao contrato.-----

Retomou novamente a palavra o **Senhor Vereador António Lopes** para solicitar que lhe seja facultada uma cópia da correspondência trocada entre o Município e a Caixa Agrícola.-----

INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PAULO AMARAL: -----

O **Senhor Vereador Paulo Amaral** iniciou a sua intervenção abordando o tema dos refugiados. Disse ter conhecimento que ontem em reunião da CIM foi apresentada uma proposta nesse sentido, questionando se já há alguma informação sobre isso.-----

O **Senhor Presidente** respondeu que não pode estar presente na reunião pelo que foi substituído pelo Senhor Vice-presidente Paulo Esteves. Quando tiver mais informações sobre este assunto comunicá-las-á imediatamente ao executivo.-----

INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ANTÓNIO CÉSAR: -----

O **Senhor Vereador António César** começou por questionar o Senhor Presidente sobre qual foi o compromisso que o Senhor Presidente assumiu na última reunião.-----

O **Senhor Presidente** respondeu que relativamente à Adega Cooperativa de Mêda, o protocolo virá à próxima reunião de câmara.-----

De novo no uso da palavra, o **Senhor Vereador António César** disse querer deixar em ata que o poder político tanto pode ajudar uma instituição como prejudica-la, não só pela transferência de verbas, mas também pela força e pelo interesse que tem em que ela se mantenha aberta. E o que eu quero deixar relatado em ata é que o Senhor não está a dar neste momento aquilo que foi acordado em termos de transferências. Mas mais grave é que o Senhor não está a fazer a pressão que deve fazer dentro das instituições próprias para que um assunto como a Adega Cooperativa de Mêda, que vai

ao encontro do interesse de tantos associados seja visto pelas instituições que as vezes têm poder de decisão com uma certa pressão que houve no passado, nomeadamente, quando foi do Senhor Armando Carneiro. Na sua opinião o Senhor Presidente faz parte do problema e não da solução. Acha que o Senhor Presidente tem todo o gosto em que a Adega não avance. Tem todo o gosto que a Adega caía e tem todo o gosto que vá ao encontro dos interesses e dos *lobbies* dos particulares que já têm levado que chegue aqui na nossa terra. -----

Disse perceber que o Senhor Presidente eleito pelo Partido Socialista, quando o Partido Socialista diz que vai ao encontro das necessidades dos mais pequenos, a ação social, as pensões, etc., nós aqui no concelho de Mêda a instituição mais social que temos, independentemente das misericórdias, e que vai ao encontro dos pequenos é a Adega Cooperativa de Mêda sem dúvida.-----

Acha que o Senhor Presidente está a cometer um erro histórico, um erro crasso de se aliar da resolução dos problemas da adega, e não diga que não tem conhecimento porque acima de tudo deve ter conhecimento do que se passa a nível económico, o qual não é assim tanto infelizmente na nossa terra para que o Senhor promova o desconhecimento dessas instituições. Não temos fábricas, não temos grandes firmas, por isso contam-se pelos dedos das mãos aquelas que o Senhor tem que decorar para defender, e defende uma ou duas e esquece as outras todas.-----

Interveio o **Senhor Presidente** dizendo que discorda totalmente da maneira de pensar do Senhor Vereador em relação à sua pessoa no que diz respeito à Adega Cooperativa de Mêda. Frisou que o executivo tem todo o interesse ao contrário do que diz o Senhor Vereador em que a Adega tenha sucesso.-----

Deu conhecimento que no ano de dois mil e onze foi transferida uma verba de catorze mil e quatrocentos euros; em dois mil e doze foram transferidos catorze mil e quatrocentos euros; no ano de dois mil e treze não foi transferida qualquer verba e no ano de dois mil e catorze foram transferidos quinze mil euros.-----

Retomou o uso da palavra o **Senhor Vereador António César** dizendo que tinham um Presidente de Câmara que fazia a transferência de verbas, que fazia pressão para a resolução do tema da adega e a partir da campanha política e da tomada de posse do Senhor Presidente da Câmara, houve um ano em que não foi transferida qualquer verba para a adega. Isso é um facto. Já para o futebol foi muito bem porque foi

contratualizado; para os bombeiros foi muito bem porque foi contratualizado e para as outras associações foi porque foi contratualizado.-----

Perguntou se o Senhor Presidente conhece a realidade da adega neste momento, dando de seguida conhecimento que a adega neste momento recebe mais de um milhão de quilos de uvas de fora da região do Douro, mas dentro do concelho de Mêda, de pessoas que não tinham onde colocar essas uvas. Quer dizer que há interesse por parte dos agricultores em colocar o produto, não há interesse por parte do produtor em fugir da adega, pensa sim em ficar na terra. Porém há um problema, umas associações, umas cooperativas e até particulares, que nem são associações, nem são cooperativas são ajudadas de uma forma descarada, criminal, e que até é lesiva para o erário público e o Senhor a seu tempo vai responder por isso.-----

O **Senhor Presidente** disse que essa é a opinião do Senhor Vereador. Apoiam a adega como sempre apoiaram, salientando que para além da transferência de verbas que sempre fizeram todos os vinhos que lá foram buscar foram pagos, atalhou o **Senhor Vereador António César dizendo** que isso é demagogia barata. Por último lembrou que quando foi feito o vídeo publicitário do concelho, o Senhor Presidente teve que falar em referências sobre o concelho e a adega esteve à parte e não fez parte dessa comunicação.-----

4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

O **Senhor Presidente** seguidamente declarou aberto o Período da Ordem do Dia da presente Reunião Ordinária, a qual tinha para discussão os seguintes pontos:-----

PONTO 1 - 18ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL NO VALOR DE DOZE MIL E SEISCENTOS EUROS PARA A DEVIDA RATIFICAÇÃO; -----

I – A Câmara por maioria dos presentes, com os votos contra dos Senhores Vereadores António Lopes e António César e votos a favor do Senhor Presidente e do senhor Vereador Paulo Amaral, tendo o Senhor Presidente usado o voto de qualidade, conforme artigo quinquagésimo quarto, número dois, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, deliberou aprovar a décima oitava alteração orçamental no valor de doze mil e seiscentos euros.-----

De acordo com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea d), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara Municipal é o órgão competente para aprovar as

Alterações Orçamentais solicitadas.-----

Os documentos em causa dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro das Atas, nos termos do número um, do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de agosto.-----

II - Os **Senhores Vereadores António Lopes e António César** apresentaram justificação conforme consta na ata número vinte dois de dois mil e catorze, deliberação número duzentos e sessenta e sete, respeitante à reunião ordinária realizada em vinte e nove de outubro e cujos fundamentos se dão aqui por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos.-----

PONTO 2 - 19ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL NO VALOR SEIS MIL EUROS PARA A DEVIDA RATIFICAÇÃO; -----

I – A Câmara por maioria dos presentes, com os votos contra dos Senhores Vereadores António Lopes e António César e votos a favor do Senhor Presidente e do senhor Vereador Paulo Amaral, tendo o Senhor Presidente usado o voto de qualidade, conforme artigo quinquagésimo quarto, número dois, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, deliberou aprovar a décima nona alteração orçamental no valor de seis mil.-----

De acordo com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea d), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara Municipal é o órgão competente para aprovar as Alterações Orçamentais solicitadas.-----

Os documentos em causa dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados em Pasta Anexa ao Livro das Atas, nos termos do número um, do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro, de oitenta e dois, de dezanove de agosto.-----

II - Os **Senhores Vereadores António Lopes e António César** apresentaram justificação conforme consta na ata número vinte dois de dois mil e catorze, deliberação número duzentos e sessenta e sete, respeitante à reunião ordinária realizada em vinte e nove de outubro e cujos fundamentos se dão aqui por integralmente reproduzidos para os


Susana
silva

devidos e legais efeitos.-----

PONTO 3 – PROPOSTA N.º 52/2015 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO 2016; -----

I – O **Senhor Presidente** apresentou à Câmara a seguinte proposta:-----

“Considerando o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios devem, até 31 de dezembro de 2015, proceder à comunicação, à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por via eletrónica, da participação variável até 5% no IRS a liquidar em 2016, com referência aos rendimentos dos municípios do ano de 2015.-----

Considerando o n.º 1 da referida Lei, “os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do código do IRS.”-----

Considerando o n.º 3 da referida lei, “ausência da comunicação a que se refere o número anterior, ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios.”-----

Considerando que a participação depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, compete à Assembleia aprovar a taxa, nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 25º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.”---

II – A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.-----

PONTO 4 – PRESENTE À REUNIÃO PARA Apreciação Informação/PARECER N.º 103-SSU SOBRE UM PEDIDO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE PASSAGEM; -----

Esta Informação/Parecer, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da câmara, foi retirada da agenda.-----

PONTO 5 – PRESENTE À REUNIÃO A Informação/PARECER N.º 164/2015 – FISCALIZAÇÃO SOBRE O PEDIDO DE PARECER FAVORÁVEL À CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE APRESENTADO PELO SR. ANTÓNIO ABRUNHOSA GRANDÃO; -----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a Informação/Parecer.-----

PONTO 6 – PRESENTE À REUNIÃO LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO DA OBRA CONSTRUÇÃO

DE ESPAÇOS VERDES NA 25 DE ABRIL, MÊDA;-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a liberação da caução.-----

5– ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às dez horas e trinta e nove minutos, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos Susana Maria Borrego Silva.



Susana Maria Borrego Silva